

VILA OPERÁRIA E CIDADANIA

(Sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia)

Rosilene Alvim
Universidade Federal do Rio de Janeiro

José Sergio Leite Lopes
Museu Nacional

RESUMO

O artigo analisa o processo de controle da mão-de-obra através do monopólio da moradia pela Companhia de Tecidos Paulista (Paulista - PE) e a transformação desta condição em função da mobilização dos trabalhadores que conquistaram o direito à propriedade de suas residências, ao mesmo tempo em que construíam sua identidade de grupo social.

PALAVRAS-CHAVE: indústria têxtil, vila operária, luta operária.

I. INTRODUÇÃO

Situada a vinte quilômetros de Recife, a cidade de Paulista foi construída, ao longo desse século, pela Companhia de Tecidos Paulista (CTP) em torno de suas duas plantas fabris. Essa companhia, criada em 1892 e tendo como base produtiva uma fábrica edificada no lugar de um antigo engenho, aliou até o final da década de 1920 a produção têxtil à fabricação de açúcar graças à usina que permaneceu funcionando até então e às plantações de cana nos vários engenhos que possuía nas redondezas. Em 1904, o controle do capital foi adquirido pela família Lundgren, de origem sueca, que tinha se estabelecido anteriormente em Recife no comércio de importação. Os Lundgren modernizaram a fábrica têxtil e criaram uma rede de lojas varejistas, primeiro no Nordeste (as "Lojas Paulista"), depois no resto do país (as "Casas Pernambucanas"). No final da segunda guerra mundial, a CTP tinha se tornado a empresa têxtil mais importante do Brasil: ela empregava em suas fábricas e oficinas de 10 a 15 000 operários

declarados e 5 a 8 000 clandestinos (inscritos na chamada "folha amarela") nas suas diversas atividades extra-industriais; enfim, ela possuía em Paulista uma vila operária de aproximadamente 6 000 casas que construiu destruindo os mocambos que os trabalhadores recém-chegados levantavam aqui e ali, ou ainda os mocambos tradicionais de uma população operário-"camponesa" que passara do engenho à fábrica têxtil sem muitas modificações em seu padrão de vida.

O objetivo desse artigo é apresentar as importantes repercussões que o controle direto, por parte dessa indústria têxtil, das condições de residência de toda sua mão-de-obra numa vila operária teve sobre as características do modo de dominação que ali exerceu. Do ponto de vista imobiliário, essa situação constituía um caso-limite de ausência de mercado. Todavia, essa ausência não impediu a manifestação de divergências nos interesses entre os diferentes grupos sociais presentes na cidade nem o desenvolvimento de conflitos ao longo do tempo: de fato, essa vila operária, que ligava os trabalhadores à fábrica através de suas

residências, organizava-os também, de maneira contraditória, num conjunto potencialmente concorrente. Aliás, essas contradições acarretaram uma perda progressiva do controle, por parte da companhia, sobre o resto da cidade, e a criação, após um período de lutas declaradas contra esse monopólio dos alojamentos mas também em consequência dos conflitos que se desenrolaram no seio da produção têxtil, de um micro-mercado imobiliário local. Enfim, essas lutas e, mais geralmente, esse modo específico de dominação social foram afetados, em escala nacional, por oposições entre industriais do setor têxtil e a intervenção de várias instituições e agentes burocráticos que, normalmente, são reagrupados de maneira estenográfica sob o termo de "Estado".

II. O DEBATE DA DÉCADA DE 30 SOBRE A "SUPER-PRODUÇÃO INDUSTRIAL" OU O DESCONHECIMENTO DAS VANTAGENS DE UMA VILA OPERÁRIA

Durante a década de 1930, a CTP permaneceu no centro de uma polêmica que afetou também a política econômica nacional. Esse debate sobre a famosa "super-produção industrial" foi levantado em 1928 por alguns grandes industriais têxteis do Rio e de São Paulo que suscitaram no Congresso um projeto de lei visando a suspender as importações de máquinas e a estabelecer o limite uniforme de oito horas para a jornada de trabalho no ramo¹. Essa iniciativa pretendia ser uma reação contra alguns recém-chegados, no caso algumas empresas criadas nos últimos anos ou ainda outras que, apesar de fundadas na década de 1890, situavam-se em regiões periféricas e só agora atingiam o mercado nacional. Mesmo sendo algumas dessas empresas do sul do país, esse debate público sobre a super-produção teve-se principalmente às do "Norte", à frente das quais encontrava-se a CTP que firmara-se desde 1930 como seu carro-chefe pelas cartas enviadas ao

sindicato patronal do Rio² e mais tarde à imprensa para protestar contra a limitação da jornada de trabalho. De fato, desde o final da década de 20, a CTP era a principal empresa implicitamente contestatária do acordo tácito prevalecente no seio da indústria têxtil brasileira: através de sua rede de lojas, praticava o *dumping* sobre os tecidos populares, fazendo assim concorrência às empresas dominantes, mesmo no Rio e em São Paulo. Estas, por serem distintas das empresas-atacadistas às quais estavam, entretanto, freqüentemente associadas, não se beneficiavam das vantagens que proporcionava à CTP a direção centralizada da produção e da comercialização, em particular o controle dos preços de venda e das estratégias de distribuição.

O governo negligenciou a questão do tempo de trabalho em benefício da restrição às importações de máquinas que decretou em março de 1931 para as indústrias com "super-produção". E, no mês de maio do mesmo ano, decretou a indústria têxtil de algodão em "estado de super-produção": as importações ficaram assim limitadas por um período de três anos, renovável. Mas, desde antes da expiração desse prazo, as pressões dos sindicatos patronais têxteis do Rio e de São Paulo obrigaram o governo a renovar o decreto por um novo período de três anos. Foi por volta do final desse último prazo, em 1936, quando esses dois sindicatos empenharam-se de novo em obter esta renovação, que o debate sobre a "super-produção industrial" veio a público.

Durante todo o ano de 1937, o Congresso recusou a renovação do controle das importações de máquinas. Após o golpe de novembro de 1937, que instaurou a ditadura do Estado Novo, a questão passou a ser da alçada do aparelho executivo, mais precisamente do Conselho Técnico da Economia e Finanças, recentemente criado para substituir as poderosas Comissões de Finanças do Congresso, então dissolvido. Esse Conselho pediu ao Departamento de Indústria do Ministério do Trabalho da Indústria e do Comércio para estudar em

detalhe se a indústria têxtil atravessava efetivamente uma crise de excesso de produção. Uma pesquisa por questionário foi lançada por essa administração junto às empresas. Mas o sindicato têxtil do Rio manifestou sua desconfiança em relação à essa medida, organizando por iniciativa própria uma outra pesquisa e deslançando assim uma "guerra" de questionários. Por seu lado, a CTP enviou a esse mesmo serviço ministerial, em outubro de 1938, um memorando que tornou-se rapidamente público. A eficiência de seus argumentos provinha do fato de conjugar alguns princípios liberais - tais como a "liberdade do trabalho", defendida em oposição à limitação de sua duração legal, a liberdade de produção, de venda, de importação, etc. - e a denúncia da injustiça do colonialismo; a CTP assimilava, de fato, os limites impostos às regiões marginais e menos desenvolvidas do país (o Nordeste e o Norte) pelos interesses econômicos dominantes do Rio e de São Paulo, com o apoio do Estado, aos limites coloniais e neo-coloniais impostos às indústrias nascentes dos países sub-desenvolvidos (como era o caso da indústria brasileira como um todo) pelos polos dominantes da economia internacional. O sindicato do Rio pressentiu o perigo dessa argumentação à qual respondeu imediatamente com um contra-memorando. Nele recusava, essencialmente, ver na fraca eficiência dos operários do Nordeste, evidenciada pela CTP, uma justificativa válida para a necessidade de reunir um volume mais importante de força de trabalho e de pagar salários menores que no sul do país. Com base no número dos operários e no total dos salários pagos por ano pela CTP, o sindicato do Rio concluía que os salários mensais médios praticados por essa empresa representavam menos da metade dos do Rio. Não levava em consideração as enormes despesas declaradas (mas não apresentadas de forma contabilizada) pela empresa de Paulista para as casas, as escolas, as igrejas, os hospitais, os cinemas, a eletricidade de sua vila operária, a construção e a manu-

tenção de estradas e ferrovias através de suas propriedades. Em pouco tempo o debate invadiu as páginas econômicas e até políticas dos jornais, como mostra esse artigo escrito por um industrial do Rio, membro da direção do sindicato patronal têxtil, que reproduz numa linguagem jornalística os principais argumentos do contra-memorando:

Existe ou não a crise? A esta pergunta todas as fábricas de todo o Brasil e todo o comércio de tecidos de todo o Brasil responderão sim. Exceptua-se a organização dos Irmãos Lundgren, de Pernambuco. Para elles não existe crise.(...) Um dos motivos dessa felicidade se acha no seguinte facto: as firmas pertencentes aos irmãos Lundgren mantêm um quadro de 10.667 operários e a totalidade dos salários pagos é 15.000 contos. Salário médio 117\$ mensais. O salário médio do Distrito Federal é 248\$170. Em São Paulo é 200\$000. Quem paga 117\$000 não sofre a crise. (...) Mas qual a causa dessa diferença de salários? Não se pode afirmar que os salários do Rio sejam bons. Antes podem e devem ser classificados como miseráveis. Mas se os do Rio são miseráveis, os de São Paulo são infames e os de Pernambuco são de desespero. Não se venha objectar que o Norte oferece melhores condições de vida. As fábricas do Rio e do Estado do Rio em sua quasi totalidade têm villas operárias onde os trabalhadores pagam um aluguel insignificante. Com as de São Paulo acontece o mesmo. De forma que o Norte só pode oferecer casas peores. Quanto aos preços dos gêneros de primeira necessidade são iguais senão superiores em Pernambuco uma vez que o grande Estado nortista não tem carne nem lavoura de cereais. Qual a causa dessa diferença de salário? (...) Não se espantem, nem se escandalizem. A legislação social só é cumprida no Distrito Federal e no Estado do Rio. Em Pernambuco, as fábricas dos irmãos Lundgren são notoriamente um feudo (MACIEL FILHO, 1939: 5).

Da consolidação desses argumentos opostos, todos claramente impregnados de fortes interesses materiais e militantes, surge uma certa luz sobre algumas práticas industriais correntes na época em matéria de gestão da força de trabalho e da relação com o Estado, quer se trate de tentar

eliminar concorrentes ou escapar à legislação social ainda frouxa. De um lado como do outro, entretanto, os argumentos caem na armadilha do seu próprio economicismo. Exibindo apenas o alto custo monetário de suas obras sociais e de seus investimentos “não produtivos” na vila operária, a CTP reduz a importância estratégica que reveste sua organização “autárquica” na sua expansão no mercado nacional e, assim, sua originalidade face às empresas concorrentes. Seus adversários contestam a especificidade de suas despesas “improdutivas” referindo-se às vilas operárias e às obras sociais “equivalentes” nas fábricas do Rio e de São Paulo com o intuito de evidenciar a importância e a fatalidade da determinação de um salário médio menor pago aos operários da CTP. Mas seria ainda necessário explicar por que a CTP permanece impermeável à legislação e à inspeção do trabalho. Qualificar essa empresa de “feudo” parece denunciar uma desobediência às leis e às regulamentações do governo federal, mas esquece ao mesmo tempo quais são as bases materiais e os custos da construção de tais “feudos”, no caso aqui toda a micro-vida social e política desenvolvida no seio da vila operária que a própria CTP reduz a um pesado capítulo de despesas.

Esse debate público só terminou depois do início da segunda guerra mundial: os próprios termos da polêmica ficaram ultrapassados já que as exportações brasileiras de tecidos ganharam subitamente um lugar importante num mercado mundial perturbado. Entretanto, certos pontos discutidos permaneceram misteriosos. Como a CTP conseguia manter, como declarava, uma produção tão importante apesar da produtividade tão fraca de sua mão-de-obra ou com os “salários de desespero” denunciados pelos industriais do Rio? Que importância efetiva tinha essa retaguarda desconhecida ou disfarçada que constituía a vila operária de Paulista? Que reservas autárquicas possuía de fato essa empresa, que vantagens dissimuladas para

ter tanto sucesso no mercado nacional? Enfim, que contribuição esse caso-limite singular pode trazer para o conhecimento das outras fábricas e vilas operárias e, em particular, para as relações estabelecidas entre essas últimas e seus operários?

III. ARRUADOS CONTRA MOCAMBOS OU O CONFLITO ENTRE DUAS CONCEPÇÕES DE CASA OPERÁRIA

A força que suas reservas autárquicas conferiam a essa companhia industrial face à concorrência nacional só pode ser apreciada ao se refazer a história social da constituição do modo de dominação específico que ela exercia sobre seus operários-residentes e cujo aspecto central permanece o monopólio imobiliário e territorial sobre a cidade e seus arredores.

Desde sua origem, o desenvolvimento da fábrica de Paulista esteve explicitamente associado à vila operária, como indicado desde 1911 no artigo dois de seus estatutos:

Os fins da companhia consistem em explorar a indústria textil e a fabricação de assucar, mantendo para isso as fábricas e aparelhos necessários ao desenvolvimento dessas indústrias, podendo também edificar em terrenos próprios e nas proximidades das fábricas, habitações para serem alugadas a operários e empregados da companhia.

A mesma impressão sobressai do livro escrito por Raul de Góes (diretor da CTP entre 1956 e 1965), *Um Sueco emigra para o Nordeste*, que constitui uma apologia oficial da família dos patrões :

Distando do Recife umas três léguas, Paulista a esse tempo [nos primeiros anos do século] se apresentava ao observador como um lugar renegado do progresso, com a pequena fábrica de tecidos nos últimos arrancos de vida e uma miserável população, subnutrida e doente, alojada em palhoças. (...) Herman Lundgren, ao ficar de posse de Paulista, com a quase desmantelada fábrica de tecidos, em 1904, tratou logo de melhorar as condições de vida daquela gente e determinou que seus filhos se

pussem à frente do empreendimento, com a sua supervisão³. *A primeira medida foi a construção de uma vila de casas de tijolo e telha em substituição às infectas e miseráveis palhoças que alojavam os operários e suas famílias. (...) A pequena e atrasada fábrica de tecidos de antigamente, se transfigurara sob sua direção e possuía agora um aspecto bem diferente. Os incríveis casebres e mocambos, testemunhas vivas da miséria e do desamparo do pequeno conglomerado obreiro que Lundgren ali encontrara, tinham cedido lugar a uma simpática vila de tijolo e telha; as máquinas obsoletas e seu rendimento foram logo substituídas por maquinismos modernos, diretamente importados da Inglaterra (GOES, 1964: 73-76).*

A CTP empreendeu a edificação de sua vila operária já na década de 10, como indicado nos relatórios anuais para os acionistas de 1919 e 1920, o primeiro assinalando a construção de 200 casas, o segundo anunciando o término de outras 100. Esses trabalhos foram além disso favorecidos em 1913 por um decreto da cidade de Olinda⁴ que isentava a CTP do imposto predial. Da série de relatórios apresentados cada ano pela empresa a seus acionistas sobressai a impressão de um crescimento relativamente contínuo da construção das habitações, mesmo se os dados numéricos só aparecem nos relatórios já mencionados de 1919 e 1920, e depois de 1945 a 1950⁵.

Entretanto, o discurso sobre a política de construção foi bem variado. Assim, o subtítulo genérico anunciando esse assunto nos relatórios passou de "Casas para os operários" em 1919 e 1920 para "Habitações operárias higiênicas" em 1927 e 1928. De fato, o relatório de 1927 anunciava o lançamento de uma política de luta contra os mocambos, habitações feitas de taipa e que aparecem como sendo o tipo de construção mais usado, contrariamente ao que dizia Raul de Góes que, na sua pressa em celebrar o sucesso do sistema Lundgren, fazia acreditar que essas "choupanas" ou "palhoças" já tinham desaparecido desde 1910⁶. De fato, a vila operária dos anos 10,

por este autor tão celebrada, resumia-se a algumas ruas em torno da fábrica, da casa grande e dos prédios que abrigavam a administração da companhia. Para além disso, a maioria dos operários morava em mocambos, ora construídos diretamente por eles, ora pelos "serviços externos" da CTP (que executavam trabalhos externos à fábrica propriamente dita).

A persistência nos relatórios da CTP de 1935 a 1942 de referências à construção de "casas higiênicas" e à destruição dos mocambos revela por si só quanto deve ter sido difícil realizar o objetivo anunciado em 1927. Essa inércia pode traduzir simplesmente o dilatamento no tempo do desbloqueio dos meios financeiros e materiais necessários para a realização desse programa de construção. Mas pode também trair o interesse que a CTP tinha em acumular ainda por um tempo as vantagens dos dois tipos de casa. Ela podia de fato tirar vantagem do fato de não destruir rapidamente os mocambos por causa da existência, ao lado do contingente dos operários da fábrica, recenseados e classificados segundo as regras de uma legislação do trabalho em plena expansão desde 1930, de um segundo contingente de trabalhadores designados para os "serviços externos", tarefas não diretamente industriais, como cortadores de lenha para as caldeiras das fábricas, pedreiros e outros postos de trabalho necessários à ampliação e manutenção da vila operária. Os operários regulares iam para os arruados da vila, enquanto que os "clandestinos" eram acomodados de preferência nos mocambos.

Mas a política de destruição dessas casas de taipa e sua substituição por casas de tijolo e telha provocou também reações de descontentamento por parte dos seus habitantes. É que, de fato, a partir do final da década de 20, quando a expansão da vila operária intensificou-se em detrimento das zonas de mocambos, surgiu um conflito surdo entre a administração e os operários, cujos motivos pudemos elucidar através dos "não ditos" dos relatórios patronais e das lembranças dos antigos trabalhadores então

em atividade. O pomo da discórdia foi a relação que os dois tipos de casas mantinham imediatamente com o roçado e, de uma maneira mais indireta, com o trabalho na fábrica e a disciplina reinante na vila. O antigo mocambo, que era sempre uma habitação autônoma, implicava na concessão de um terreno permitindo o plantio de pequenos cultivos de “subsistência” e a criação de animais. É justamente essa associação *mocambo-roçado* que veio romper a contigüidade típica das casas da vila operária em forma de arruado. Uma tal ruptura abalou não apenas a existência dos roçados, mas de maneira mais ampla todo o contexto social do mocambo, que suscitava em particular uma relação do operário com seu trabalho na fábrica que a empresa fazia questão de transformar: contexto de um povoamento camponês nas proximidades da companhia dentro do qual o trabalho na fábrica de um ou vários membros da família podia muito bem proporcionar somente um salário complementar aos outros “ganhos” provenientes do roçado, do acesso à lenha, da pesca ou do pequeno comércio. Essa relação mais livre dos operários com os recursos “naturais” autárquicos da CTP engendrava até mesmo um micro-mercado “invisível” dos mocambos, a transmissão monetária de suas casas tendo se tornado uma prática corrente quando eram os próprios operários que as tinham construído. Aliás, a companhia reconhecia indiretamente a existência desse “mercado” já que pagava indenizações - abaixo dos preços praticados entre os próprios operários, o que aumentava da parte deles o sentimento de exploração - aos ocupantes dos mocambos para demolir suas casas e fazer com que viessem morar na vila.

IV. A CONSTRUÇÃO DE UMA VILA OPERÁRIA AUTÁRQUICA

Esse conflito com os operários aconteceu durante a primeira forma de recrutamento praticada pela CTP, quando a empresa começou a constituir sua mão-de-

obra dirigindo-se essencialmente à população local “semi-camponesa” ou contratando aqueles que se apresentavam espontaneamente, vindos de regiões mais distantes. Tal conflito foi tão rapidamente abafado quanto seguiu-se logo uma segunda etapa de recrutamento, massiva, durante a qual a CTP empregou-se a organizar completamente o transporte e a mudança de sua futura força de trabalho desde seus lugares de origem. A casa oferecida a esses recém-chegados ficou sendo então outra coisa completamente diferente. Era atribuída aos chefes das famílias mais numerosas, ou seja as que contavam com o maior número de filhos em idade de trabalhar, no final de um processo de recrutamento conduzido por agentes que a CTP enviava em todas as regiões rurais do interior do Nordeste onde houvesse famílias submetidas a situações sociais que as impulsionassem em direção à decisão de emigrar. Uma descrição etnográfica da pobreza dessas situações de origem, da precariedade da viagem oferecida em ônibus ou caminhão pela companhia, do amontoamento das famílias, assim que chegavam, num alojamento coletivo chamado de “depósito”, do anúncio da distribuição de vagas de trabalho e de alojamentos durante uma cerimônia pública presidida pelo patrão em carne e osso (ou por um chefe de seção que o representava), mostraria o quanto esse processo de recrutamento revestia os aspectos da violência simbólica característicos dos processos de admissão nas “instituições totais”. Isso predispunha os recém-chegados a receberem a casa como uma promoção social e contribuía assim na estabilização da nova organização da vila operária erguida pela companhia contra os antigos operários dos mocambos.

A ética do trabalho que a CTP tanto precisava para garantir o enorme aumento de produção que realizou entre 1930 e 1950 foi criada pela utilização do trabalho de todas as classes de idade possíveis dos dois sexos, no caso pela valorização do emprego das mulheres na fiação e na tecelagem, na

formação das crianças, mas também na ocupação dos “velhos”. Estes eram bem numerosos, disponíveis e potencialmente problemáticos para a administração pois com o recrutamento de famílias camponesas inteiras, escolhidas com o objetivo de constituir uma importante mão-de-obra juvenil⁷, chegava a Paulista uma quantidade de homens de mais de cinquenta anos cuja utilidade era fraca para o trabalho na fábrica. Os que tinham menos filhos disponíveis para empregos industriais aceitavam lugares marginais e desvalorizados em determinadas seções das fábricas para trazer uma contribuição complementar para o salário da família. A maioria dos outros não trabalhava. Ora, o conflito em torno dos mocambos contribuiu para sensibilizar a CTP para uma possível reconversão rentável dos roçados: esses pedaços de terra foram logo atribuídos a esses velhos camponeses, doravante no comando de famílias operárias e precocemente afastados dos empregos mais importantes ocupados por outros membros da família, permitindo assim que reatassem com suas antigas atividades agrícolas (ALVIM e LOPES, 1991). Esses novos roçados eram agora separados das casas, mais afastados da vila operária, em terras saneadas ou recentemente valorizadas pela companhia. Deixavam de ameaçar a assiduidade e a disciplina dentro da fábrica e permitiam um mais forte domínio da empresa sobre os jovens operários: os roçados mais afastados das habitações tornaram-se a especialidade quase exclusiva de velhos pais de origem camponesa recente. Além disso, o excedente eventual de produção do roçado, o que não era consumido em casa nem colocado em circulação nas redes de reciprocidade da vizinhança imediata, podia ser vendido na feira de Paulista, organizada e controlada pela CTP. De fato, esta tinha suprimido a forma, consagrada na maioria das vilas operárias do mundo, do *truck-system* inglês, do *economat* francês ou do *barracão* nordestino, que provocava o endividamento dos operários e engendrava muitas queixas e

muitos conflitos coletivos de trabalho. Fez isso em benefício de uma forma original de feira administrada. Para abastecê-la, liberou da cultura da cana-de-açúcar as famílias camponesas instaladas nos antigos engenhos que havia comprado durante os últimos anos para que pudessem dedicar-se exclusivamente à valorização dos pedaços de terra que lhe haviam sido tradicionalmente concedidos ou alugados para a subsistência própria. A condição imperativa dessa transformação era que essas famílias vendessem de agora em diante o seu excedente unicamente na feira de Paulista a preços fixados pela companhia. A CTP garantia gratuitamente o transporte ferroviário das mercadorias e dos produtores-vendedores. Ao mesmo tempo, através de um importante corpo privado de vigias, inspecionava de forma estrita o conjunto do seu território para impedir a venda desses bens agrícolas em outros mercados, especialmente em Recife onde oferecia-se melhores preços.

Os operários de Paulista se beneficiavam assim de um baixo custo de vida, mesmo se recebiam salários “de desespero” como denunciavam os industriais do Rio, em todo caso inferiores aos das fábricas do sul do país ou mesmo de Recife. A oferta abundante de produtos alimentares a preços módicos, controlados cotidianamente pelos agentes da companhia e às vezes até pelo patrão quando visitava pessoalmente a feira, ganhava para as virtudes dessa “economia moral” (THOMPSON, 1991: caps. IV e V) a maioria dos operários recém-chegados do campo. O recrutamento massivo de famílias inteiras de origem camponesa, a existência de fontes de trabalho próximas da casa e acessíveis aos diversos membros da família, a oferta de uma casa em “tijolo e telha” — mesmo se estritamente alinhada a todas as outras, do mesmo aspecto e cor — o acesso a pedaços de terra para os pais idosos e a alimentos baratos, todos esses fatores contribuían para legitimar essa forma de dominação industrial cuja eficiência era redobrada por uma encenação teatral do

VILA OPERÁRIA E CIDADANIA

poder pessoal do patrão à qual esses trabalhadores de origem rural estavam habituados há muito tempo.

Nessa vila com tendências autárquicas, a CTP organizava a oferta e o controle de serviços médicos e farmacêuticos, escolares (escola primária para as crianças, cursos elementares para os adultos), esportivos (com o predomínio do futebol); patrocinava clubes folclóricos, o carnaval; e além disso controlava as práticas religiosas através do clero local. Deteve também o controle total da política municipal até a década de 40, depois defendeu-o ainda por muito tempo numa posição dominante contra as forças concorrentes que a disputavam.

Esse sistema de dominação comportava assim fortes vantagens para ganhar a adesão dos operários e compensar em parte não apenas a indigência “desesperadora” dos salários e a intensa exploração do trabalho no seio do processo de produção industrial, mas também as pressões e as desvantagens da residência em vilas. Pois, as famílias padeciam de uma ausência de autonomia dentro de suas próprias casas, o que se manifestava por exemplo quando, em certos períodos de excesso de população, a administração impunha-lhes a coabitação temporária com outra família ou quando a demissão de um membro da família acarretava perda da casa ou mudança. O tamanho das habitações dependia não do efetivo real da família mas do número de trabalhadores. Por essa razão, as famílias muitas vezes recorriam, por ocasião de demissão ou doença de um de seus membros, a outros parentes ou conhecidos nas suas regiões de origem para que viessem trabalhar em Paulista ou ajudar as mulheres em suas tarefas domésticas para que pudessem também trabalhar na fábrica e conservar assim a casa (ALVIM, 1985).

V. OS QUESTIONAMENTOS DO MONOPÓLIO IMOBILIÁRIO DA CTP

Esse monopólio territorial e imobiliário

foi questionado em duas ocasiões pelos seus habitantes.

Primeiro, entre 1945 e 1955, por um movimento político que se auto-proclamou “movimento pela libertação da cidade de Paulista”. Apesar de ter sido seguido com interesse pela maioria dos operários, mobilizou mais os políticos e sindicalistas locais, assim como os pequenos comerciantes e funcionários municipais que, eles também, dependiam da companhia para residir na cidade. Ao cabo de muitas brigas no seio do conselho municipal de Paulista assim como da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e de negociações com a CTP, uma zona foi desapropriada pela municipalidade no exterior da vila operária para que um “bairro livre” de foreiros da prefeitura pudesse ser criado ali. Se sua construção foi um primeiro ataque ao monopólio imobiliário da empresa, não ameaçou, entretanto, o conjunto da vila operária nem a dominação da CTP na cidade.

Esse “movimento pela libertação da cidade de Paulista” só pôde brotar após os conflitos que opunham há muitos anos o governo local *de fato* da CTP à autoridade do Estado, que era medida pelo grau com o qual as leis do trabalho eram respeitadas, mas também pelo grau de autonomia dos poderes públicos face à companhia. Um conflito surgiu primeiro a propósito da criação do município de Paulista que havia se separado de Olinda em 1928. Seu território coincidia praticamente com o da CTP. A autonomia dessa municipalidade foi então contestada e sua criação cassada pelo novo governo de Pernambuco oriundo do Estado Novo⁸. Mas, em 1935, o governo do Estado aliou-se com essa potência industrial local que era a CTP, os deputados da situação apoiando na Assembléia de Recife a volta de Paulista à sua autonomia municipal. O poder político local da companhia estava então no seu auge. Posteriormente, o conflito reincide por iniciativa de Agamenon Magalhães, interventor do Estado Novo em Pernambuco

entre 1939 e 1945, preocupado em criar em Paulista uma verdadeira administração local independente da CTP. Seu governo apoiou em particular a instalação do sindicato local dos trabalhadores, recriado em 1941 depois de um período de repressão⁹. Uma parte importante desses sindicalistas envolveu-se na política local em oposição à CTP já na volta à democracia em 1945 e às primeiras eleições municipais. Membros desde então da maioria do conselho municipal, votaram em 1949 pela aplicação de um artigo da Constituição de 1947 do Estado de Pernambuco, proposto pelo ex-presidente do sindicato de Paulista eleito deputado após sua gestão sindical, que previa a expropriação de todos os terrenos ociosos das "cidades encravadas em uma propriedade privada" e das terras, num raio de vinte quilômetros, com fins de reforma agrária. Essa formulação geral aplicava-se teoricamente à toda aglomeração constituindo uma vila operária, seja de indústria têxtil ou açucareira, mas de fato claramente inspirada na situação particular de Paulista. A intensidade das pressões exercidas pela CTP sobre a municipalidade e a Assembléia do Estado acabou provocando uma negociação, seguida de um acordo sobre a expropriação de um terreno para a formação de um novo "bairro livre", mas no exterior da vila operária, por conseguinte sem tocar nos terrenos ociosos que se encontravam no seu interior e cuja perda teria quebrado a unidade da vila e seu controle pela companhia. A idéia da reforma agrária caiu no esquecimento.

Apesar das novas pressões da CTP, a ocupação efetiva desse bairro começou depois de 1955, data da vitória na prefeitura de um antigo operário católico que havia disputado as eleições contra um dos filhos do patrão. Ela beneficia os operários que estavam então processando a empresa na justiça do trabalho, os *operários de questão*, os sindicalistas, mas também os comerciantes e funcionários municipais.

A segunda etapa do questionamento do monopólio imobiliário da CTP teve ainda

mais sucesso, apesar de ter sido menos intencional e menos explicitamente conduzida que a primeira. Resultou indiretamente da modernização das fábricas entre o final da década de 60 e a de 70, e das ondas de demissões favorecidas pela conjuntura política da ditadura militar e pelas novas leis do trabalho (em particular a substituição da antiga lei da estabilidade pelo FGTS). Segura de seu poder, a CTP demite então um número importante de operários "estáveis", ou seja os que contavam mais de dez anos de antiguidade na empresa e cujos direitos adquiridos estavam protegidos pela antiga lei - recentemente reformada - sobre a estabilidade do emprego. Em virtude dessa antiga lei, quando era demitido, o empregado "estável" tinha direito à indenização num valor igual ao dobro de seu último salário multiplicado pelo número de seus anos de trabalho. Um movimento constituiu-se então com sucesso entre os operários para pedir diante da justiça do trabalho, a despeito das intimidações da empresa, sua reintegração na fábrica ou, caso contrário, o pagamento das indenizações devidas. Esse movimento não poderia sem dúvida nenhuma ter nascido sem as lutas anteriores, no seio do processo de produção assim como no exterior da fábrica, tais como o "movimento pela libertação da cidade" ou as resistências contra a retomada e destruição pela CTP dos antigos roçados. Seu sucesso deve ser igualmente relacionado com o abalo da legitimidade da dominação da companhia depois que esta mudou as regras tácitas do jogo, a partir dos anos 50, apostando desde então exclusivamente na produção industrial e abandonando a política de pleno-emprego, os roçados, a feira administrada e as melhorias na vila. Ela deve enfim ser relacionada com a possibilidade que tinham agora as famílias de permanecer em Paulista, apesar do aumento das demissões, já que era admitido ficar com a casa mesmo se apenas uma pessoa continuasse trabalhando na companhia, e elas desenvolviam recursos alternativos de subsistência no pequeno comércio e na feira tal

VILA OPERÁRIA E CIDADANIA

como esta havia sido transformada.

A CTP só pôde saldar sua enorme dívida para com os operários estáveis demitidos e a justiça do trabalho incluindo o valor da casa no total da indenização devida a cada um. Dali para a frente, as novas demissões tomaram até a casa como base explícita para o acordo. Por volta de 1976, a metade dos alojamentos da vila tinham se tornado assim propriedade das famílias operárias. Tão logo foram adquiridas, essas casas foram submetidas a pequenas modificações no sentido de diferenciá-las da uniformidade ambiente, mudança de cor, substituição das portas e janelas, abertura de pequenas varandas, construção de uma outra habitação no quintal para um filho ou uma filha casada, etc.

A autonomia crescente das famílias face à companhia em matéria de residência multiplica então as possibilidades para elas se manterem ali, mesmo se o pequeno mercado imobiliário criado localmente na mesma ocasião permite a outros recém-chegados se instalarem nesse novo bairro-

dormitório de Recife. Por enquanto, entretanto, permanecem as condições de uma conservação da memória social dessa população operária que presenciou a grandeza de uma dominação patronal em grande escala, inicialmente tida como legítima, e que posteriormente vivenciou diferentes movimentos de oposição à companhia provocados por uma mudança nas regras tácitas nas relações da CTP com os operários. Adquirindo a propriedade das casas da vila operária e estabilizando-se na localidade como resultado de uma tradição de lutas, as famílias operárias remanescentes das sucessivas vagas de demissões podem assim ser depositárias de uma memória sem a qual a história materializada nas casas de tijolo e telha edificadas por sobre os escombros dos antigos mocambos, e materializada também na disposição dos diversos arruados da vila operária, ficaria sem sentido e perdida para as gerações futuras, assim como perdida para o conhecimento dessa experiência singular de dominação e de construção de uma identidade de grupo social.

Rosilene Alvim, Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ, é professora adjunta no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

*José Sérgio Leite Lopes é Doutor em Antropologia Social e professor adjunto pelo mesmo programa. É autor de *O vapor do diabo (Paz e Terra)* e de *A tecelagem dos conflitos de classes na cidade das chaminés (Marco Zero/UNB)* além de vários artigos.*

NOTAS

¹ O têxtil era então o setor mais importante da indústria brasileira. Cf. Stanley Stein, 1979, para a análise de todo esse debate sobre "superprodução industrial" nos anos 30.

² Essa organização dos industriais têxteis do Rio, então capital, gozava de uma repercussão nacional que a transformava no representante do setor diante do governo federal.

³ Herman Lundgren morreu em 1907. Seus filhos Frederico e Arthur são os principais dentre os "irmãos Lundgren" que desenvolveram a companhia.

⁴ Paulista pertencia a essa municipalidade, tendo inclusive Arthur Lundgren sido seu prefeito entre 1911 e 1915.

⁵ Eis os números para esses últimos anos: 1945 - 316 casas; 1946 - 383; 1947 - 380;

1948 - 79; 1950 - 100. No início dos anos 50, quando a construção dessas casas terminou, a CTP teria contado aproximadamente 6000 casas. Se esta companhia edificou mais de 1250 entre 1945 e 1950, pode-se supor que deve ter construído outras tantas, senão mais, entre 1939 e 1945, período de enorme expansão, e no máximo 3500 antes de 1939. Na realidade, construiu muitas outras com materiais mais precários que foram destruídas ou substituídas em seguida.

6 "A preocupação que sempre tivemos de melhorar as condições de vida dos operários continua a merecer-nos o mesmo carinho de sempre: casas grandes e higiênicas de acordo com as noções modernas da vida (...) [:] quartos e salas amplos e bem ventilados com ar puro, são o que constitui a verdadeira necessidade para pessoas com uma vida tão laboriosa, mas nunca a choupana ou mucambo de palha com o ar abafado e insuportável pela decomposição dos materiais aplicados na sua construção [sic para a construção da frase] são alguns dos defeitos que lhes são peculiares. A construção de

mucambos, palhoças e choupanas é cousa do passado, é absolutamente intolerável sob o ponto de vista humanitário ou sob qualquer outro ponto de vista pelo qual tenha de ser encarado. Neste sentido podemos dizer que nossa orientação é modelar." (Relatório da CTP aos acionistas, de 1927).

7 Algumas famílias eram levadas a emigrar para Paulista justamente porque tinham muitas meninas e poucos meninos em idade de ajudar os pais no trabalho agrícola. A CTP, por sua vez, tinha uma grande necessidade de mão-de-obra feminina. Cf. R. Alvim e J. S. L. Lopes, 1990.

8 A CTP havia apoiado o antigo governo e a facção política que foi vencida na Revolução de 1930.

9 Fundado em 1931 no contexto favorável da revolução de 1930, o primeiro sindicato foi dissolvido em 1932 depois de uma greve prolongada pelo respeito à lei sobre as oito horas de trabalho. Cf. J. Sergio Leite Lopes, 1988, cap. 7.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Rosilene. (1985). *Constituição da família e trabalho industrial*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro. Museu Nacional.

ALVIM, Rosilene e LOPES, José S. L. (1990). "Famílias operárias, famílias de operárias". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 14, outubro.

ALVIM, Rosilene e LOPES, José S. L. (1991). "Les jardins secrets de l'usine". *Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales*, Paris, 21.

MACIEL FILHO. (1939). "Panno que é Pimenta". In: *O Imparcial*. (s.l.) 4/1: 5.

GOES, Raul de. (1964). *Um sueco emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.

LOPES, José S. L. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/Ed. da UNB.

STEIN, Stanley. (1979). *Origens e evolução da indústria têxtil brasileira; 1850-1950*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

THOMPSON, E. P. (1991) *Customs in Common*. Londres, Merlin Press.